BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP

SENAR PARANÁ

FAEP FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ

SINDICATO RURAL

Ano XXXIV nº 1495 | 14/10/2019 a 20/10/2019

Tiragem desta edição **26.000 exemplares**

SUSTENTABILIDADE

NOVAS REGRAS DE LICENÇA AMBIENTAL

Critérios adotados no Paraná permitem que pequenos pecuaristas produzam de forma condizente com a preservação do meio ambiente

sistemafaep.org.br

Aos leitores

Produzir gerando empregos e riquezas não se resume apenas ao querer do empreendedor, empresário e/ou produtor rural. Ao contrário! É preciso algumas condições para que esse caminho, de um projeto até a abertura literal das portas, seja trilhado. E muitos pontos precisam partir das esferas municipais, estaduais e federal. Afinal, esses reúnem os órgãos que possibilitam (ou não) a viabilidade dos negócios.

Recentemente, o governo estadual, ciente da importância da pecuária para economia paranaense, definiu novos critérios para a dispensa do licenciamento ambiental para pequenos produtores de proteína animal. Agora, as normas estão mais condizentes com a realidade deste amplo universo de produtores, maioria absoluta no Paraná.

Longe de achar que as regras estão mais brandas ou flexíveis. Pelo contrário! As exigências e preocupações para com a preservação do meio ambiente continuam como ponto-chave para obtenção da licença ambiental (ou a dispensa dela) para se produzir. Mas agora, menos burocrática e mais afinada com a parceria permanente entre meio ambiente e produção agropecuária. Sinal de que a natureza seguirá conservada e o campo gerando riquezas para a sociedade paranaense.

Boa leitura!

Expediente

• FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | Vice-Presidentes: Guerino Guandalini, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Francisco Caldatto, Ivo Pierin Júnior, Valdemar da Silva Melato e Nelson Natalino Paludo | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita **Diretor Financeiro:** Paulo José Buso Júnior | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santaroza, Ciro Tadeu Alcantara e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, Julio Cesar Meneguetti e Mario Aluizio Zafanelli

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Marcos Junior Brambilla - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Nelson Costa - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santaroza, Paulo José Buso Júnior e Carlos Alberto Gabiatto

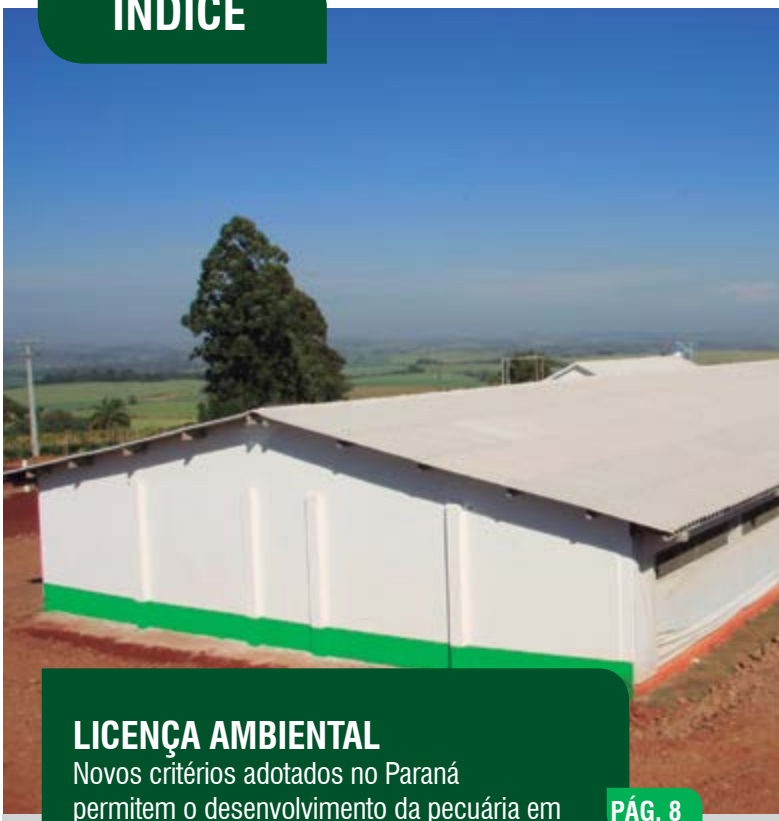
• BOLETIM INFORMATIVO

Coordenação de Comunicação Social e Edição: Carlos Guimarães Filho | **Redação e Revisão:** André Amorim, Antonio Carlos Senkovski, Bruna Fioroni e Felippe Aníbal
Projeto Gráfico e Diagramação: Fernando Santos, Robson Vilalba e William Goldbach
Contato: *imprensa@faep.com.br*

Publicação semanal editada pela Coordenação de Comunicação Social (CCOM) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1495:
Fernando Santos, Gilson Abreu, William Goldbach, APPA, CNA, Divulgação, Arquivo FAEP e Shutterstock.

ÍNDICE



LICENÇA AMBIENTAL
Novos critérios adotados no Paraná permitem o desenvolvimento da pecuária em consonância com a preservação da natureza
PÁG. 8

LEI KANDIR
Entidades do agronegócio trabalham para continuidade da lei que garante competitividade do Brasil
Pág. 4

LEITE
Simpósio em Guarapuava reuniu mais de 250 pecuaristas para debater o desenvolvimento da atividade
Pág. 7

FICAFÉ
Oficinas realizadas pelo SENAR-PR levaram informações sobre a prática da cafeicultura
Pág. 14

CAR
Modelo adotado no Paraná irá servir de referência para outros Estados por conciliar as partes rural e ambiental
Pág. 18

APETITE
Mais da metade dos produtos da avicultura vendidos pelo Brasil à China tem origem no Paraná
Pág. 22

Companheiro de sala de aula

Educadora tem o Agrinho ao seu lado desde a criação do programa

Educadora Elceni Nava Bonfim, de Palotina: mais de duas décadas de dedicação ao programa

Nesses 24 anos de existência, o Programa Agrinho, desenvolvido pelo Sistema FAEP/SENAR-PR, já formou mais de uma geração de alunos que trilharam o caminho do conhecimento de mãos dadas com os personagens Nando, Aninha e Agrinho. Também inspirou milhares de professores que encontraram na proposta pedagógica uma importante ferramenta de ensino, principalmente nos municípios de vocação agropecuária do Paraná.

Em alguns casos, a história em sala de aula se mistura com a do programa. Aconteceu com a educadora Elceni Nava Bonfim, de Palotina, na região Oeste, que tem contato com o Agrinho desde o seu primeiro ano. “Em 1996, eu era professora do Estado e todos outros colegas da escola aderiram ao programa. Lembro que na época o material ainda não era em formato de revistas, eram jornais”, recorda.

Nesse primeiro ano, um episódio ficou marcado. Uma redação de um aluno do 4º ano emocionou a turma ao relatar sua vontade de limpar o lixo que era abandonado nos arredores de um rio próximo à escola. O jovem sensibilizou sua família e, juntos, limparam o local. “O Agrinho mudou um pouco a vida daquele menino. Às vezes, a gente não vê na hora, mas uma sementinha foi plantada”, observa a educadora.

Depois de utilizar o programa junto a seus alunos como professora, Elceni continuou tendo o Agrinho como parceiro quando se tornou diretora da Escola Municipal Vereador Luiz Moacir Percicoti, também em Palotina. “Na época, utilizamos o material e muitas professoras mandaram suas experiências pedagógicas para o concurso”, lembra.

Segundo a educadora, a proposta do Agrinho sempre encantou os professores do município. “O material didático encaminhado vai ao encontro da nossa proposta pedagógica, do nosso currículo”, aponta.

Não é à toa que Palotina marca presença praticamente todos os anos na cerimônia de premiação do Concurso Agrinho, além do fato que muitas professoras do município já levaram um automóvel zero quilômetro para casa, prêmio entregue às autoras das experiências pedagógicas melhor avaliadas.

O tempo passou e Elceni assumiu a coordenação pedagógica da secretaria municipal de Educação e Cultura de Palotina. O Agrinho foi junto. Com população de mais de 31 mil habitantes, a cidade possui 10 escolas municipais, além de outras estaduais e particulares. “Entendo que o programa agrega muito ao professor, que pode aplicar em outras iniciativas. Dá abertura para trabalhar outras propostas em sala de aula”, avalia.

A tradição continua gerando bons resultados na cidade. “Este ano o município teve três projetos premiados, duas redações e um vídeo do Agrinho Solos”, comemora Elceni.

"Estamos trabalhando incansavelmente para que a lei seja mantida"

Renato Conchon afirma que entidades do setor agropecuário estão atuando para manutenção da Lei Kandir e, consequentemente, a competitividade do país no exterior

O agronegócio brasileiro passa por um momento de apreensão. Desde o início do ano, o Congresso Nacional discute a suspensão da Lei Kandir (Lei Complementar 87/1996), que isenta de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a exportação de produtos primários. Os reflexos de um eventual fim da lei teriam resultados "catastróficos" para os produtores rurais, para o agronegócio nacional e para o Brasil como um todo, conforme Renato Conchon, coordenador econômico da Superintendência Técnica (SUT) da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Na tentativa de manutenção da Lei Kandir, a CNA e as Federações da Agricultura, inclusive a FAEP, estão fazendo um esforço de conscientização dos parlamentares. O trabalho passa pela apresentação de estudos que comprovam a importância da lei para a locomotiva do agronegócio, que puxa a economia do país nos últimos anos. "É preciso uma ação coordenada para a manutenção da competitividade do Brasil", destaca Conchon.

Confira a entrevista completa como o coordenador econômico da CNA, que aponta os prováveis reflexos negativos da suspensão da Lei Kandir e o trabalho de convencimento realizado pelas entidades da agropecuária brasileira para a manutenção da mesma.

BI: De que maneira a Lei Kandir contribuiu para que o agronegócio brasileiro avançasse em nível internacional e chegasse ao patamar em que se encontra hoje?

RC: A Lei Kandir faz parte de um arcabouço legal que permitiu a estabilidade econômica brasileira. Em 1994, o Plano Real foi instituído, e para que se sustentasse era necessário criar superávits da balança comercial brasileira. Esse superávit só viria se o Brasil exportasse mais. Por isso, em 1996 a Lei Kandir foi promulgada desonerando os tributos sobre as exportações de produtos básicos ou semielaborados. A partir daí houve um aumento das exportações brasileiras. Importante destacar que a desoneração de tributos sobre exportações é o padrão no comércio internacional, ou seja, nenhum país se insere nos mercados globais "exportando tributos".

É possível fazer uma relação com a Lei Kandir e o desenvolvimento do setor agropecuário?

Com certeza! A Lei Kandir permitiu que os produtos agropecuários brasileiros se inserissem no mercado internacional de maneira mais competitiva. Na sequência, o setor, dada a sua natural aptidão, alavancou a produção e suas exportações. A Lei Kandir, após a estabilidade trazida pelo Plano Real, sem sombra de dúvidas, foi a alavanca que o setor precisava para se tornar um dos setores mais dinâmicos da economia nacional, e um dos principais fornecedores de alimentos para o mundo.

Na sua avaliação, o setor agropecuário conseguiria se manter competitivo com o fim da Lei Kandir?

Não, sem a Lei Kandir o Brasil irá retroceder no mercado internacional pelo menos 25 anos. O Brasil sofrerá impactos macroeconômicos significativos, com a redução das exportações e do superávit na balança comercial, e no câmbio. O setor agropecuário, por sua vez, terá uma consecutiva redução do faturamento. Os produtores sofrerão uma redução nas receitas, uma vez que o aumento tributário será repassado diretamente a eles, pois, para as *commodities,* somos tomadores de preços.

Que reflexos mais imediatos a extinção da lei causaria?

A CNA elaborou material técnico e distribuiu aos parlamentares e ao Governo Federal, com os impactos que uma possível revogação da Lei Kandir traria para a economia brasileira e para os produtores rurais. No estudo, foi apresentado que a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional teria efeito na redução das margens dos exportadores e, em alguns casos, inviabilizando as exportações. Para produtos que não são *commodities*, ou seja, havendo uma possibilidade de os exportadores repassarem os aumentos dos custos tributários aos compradores internacionais, para três produtos analisados (celulose, carne suína e melões frescos), nossos principais competidores globais passariam a ter preços menores que o nosso. A possibilidade de perda de mercados está estimada em 6,2 bilhões de dólares, o equivalente a aproximadamente 6% das nossas exportações em 2018.

Outro impacto estimado seria a redução dos preços das *commodities* pagos aos produtores rurais. Segundo o estudo, o preço da saca de soja pago aos produtores da região de Cascavel poderia cair até 23% no prazo de 12 meses. Seria uma catástrofe aos produtores em todo o Brasil. Essa redução dos preços pagos aos produtores teria outro impacto na sequência, que seria a redução do faturamento do setor. O Valor Bruto da Produção (VBP) poderá cair até 8,1%, o que significa menos renda circulando no Brasil.

Há algum setor que seria mais afetado?

Todos os exportadores seriam prejudicados com a revogação da Lei Kandir, mas os produtores de *commodities* (soja, milho, café) seriam, sem sombra de dúvidas, os mais prejudicados.

Para o produtor rural, haveria alguma consequência no que diz respeito à renda?

Sim, o VBP poderá cair 8,1%. Em termos reais, significa que aproximadamente R$ 47,9 bilhões deixarão de entrar na renda dos produtores e nos caixas do governo. Isso significa menos renda circulando nos municípios. O comércio local

O que é a Lei Kandir

Desde 1996, a Lei Complementar 87/1996 acabou por ser conhecida pelo nome de seu autor, o então deputado federal e economista Antônio Kandir (que chegou a ser ministro do Planejamento no governo de Fernando Henrique Cardoso). A lei prevê a isenção do pagamento de ICMS sobre exportações de produtos primários e semielaborados ou serviços. O montante que os Estados deixariam que arrecadar com a cobrança deste imposto seria coberto pelo governo federal, por meio de repasses anuais.

das principais cidades agrícolas será afetado negativamente em todo o Brasil. No Paraná, onde a agropecuária possui papel relevante na economia regional seria um grande retrocesso se essa medida prosperasse.

Que efeitos isso implicaria à balança comercial do Brasil?

Uma possível revogação da Lei Kandir prejudicará muito a economia nacional com a redução das exportações em até 6%, conforme o estudo da CNA. No momento que estamos discutindo acordos comerciais tão importantes para a economia brasileira, como o recente acordo Mercosul/União Europeia, no qual haverá transação de mercadorias sem incidência tributos entre os países, justamente neste momento estamos querendo tributar nossas exportações. Será uma catástrofe causada pela irresponsabilidade! Nossos produtos agropecuários serão menos competitivos aqui dentro que os exportados pela União Europeia, pois além de não tributar as exportações, fornece subsídios agrícolas para os produtores europeus.

De que forma a CNA e as Federações têm atuado no sentido de apontar ao governo federal o real impacto de uma eventual extinção da Lei Kandir para o setor?

A CNA está atuando junto ao Congresso Nacional e ao governo federal, para que parlamentares que estão propondo a revogação da lei não sigam com essa proposta incoerente. Já conversamos com o autor da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) e com o relator da PEC no Senado. Além dessas reuniões, a CNA vem atuando junto a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), para sensibilizar os demais parlamentares em não permitirem que a proposta siga adiante. Além de tratar com o Congresso, a CNA se reuniu com o Ministro da Economia, Paulo Guedes, e com o secretário de Assuntos Internacionais, Marcos Troyjo, para apresentar as preocupações do setor quanto ao tema. As Federações estão articulando com os parlamentares do seu Estado. Estas ações coordenadas visam sensibilizar o máximo de parlamentares no sentido de manter a Lei Kandir como está atualmente, para o bem do agronegócio, para o bem do Brasil.

Que outro tipo de atuação política tem sido feita pela CNA junto ao governo no sentido de garantir a manutenção da Lei?

A CNA tem participado ativamente nas Comissões da Câmara dos Deputados e no Senado Federal, por meio de audiências públicas, noticiários em jornais e rádios em todo Brasil. Nas reuniões, os representantes da CNA apresentam nossa posição aos sindicatos e produtores rurais, para que todos tenham conhecimento da posição e possamos fazer uma ação coordenada para a manutenção da competividade do Brasil.

Que tipo de retorno o governo federal tem dado?

Nas conversas com os representantes do governo federal ficou claro que a medida vai em sentido contrário ao que a equipe econômica defende, que seria a liberalização e a internacionalização da economia. O ministro Paulo Guedes e o secretário Marcos Troyjo afirmaram que seria um prejuízo muito grande ao país caso a medida prospere. Lembraram ainda que as propostas que estão sendo discutidas neste momento são de iniciativa do Congresso Nacional e não do Poder Executivo.

Há perspectivas de que a Lei Kandir seja mantida?

Estamos trabalhando incansavelmente para que a lei seja mantida. Não podemos retroceder nas medidas econômicas que fizeram com o que Brasil fosse competitivo no mercado global. O agronegócio brasileiro depende da Lei Kandir para continuar sendo protagonista no mundo, o Brasil depende da Lei Kandir para manter sua estabilidade macroeconômica. Não vamos retroceder na defesa dos interesses da nação.

Simpósio de Leite reúne 250 produtores em Guarapuava

Evento, com apoio do Sistema FAEP/SENAR-PR, debateu o desenvolvimento econômico sustentável das propriedades leiteiras no Paraná

O Sindicato Rural de Guarapuava, com o apoio do Sistema FAEP/SENAR-PR, promoveu, entre os dias 2 e 4 de outubro, a 3ª edição do Simpósio Regional de Bovinocultura de Leite. Na ocasião, mais de 250 pessoas debateram temas como o desenvolvimento econômico sustentável da propriedade leiteira. O evento acontece a cada dois anos desde 2015.

A programação do Simpósio Regional de Bovinocultura de Leite contou com sete palestras, cinco *insights* (pequenas apresentações sobre tecnologias) e uma visita a campo, que demonstrou, na prática, o funcionamento do sistema de produção *Compost Barn.* Os responsáveis pelas palestras foram veterinários, agrônomos, professores e pesquisadores de instituições reconhecidas, como a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Emater, Associação Brasileira de Criadores da Raça Holandesa (ABCRH), Esalq/USP, Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Além das palestras, os participantes puderam visitar os estandes das empresas parceiras que apresentaram produtos e serviços pertinentes à produção do leite.

"Durante os três dias, os participantes puderam adquirir novos conhecimentos, tirar dúvidas nas questões de produção e viabilidade da atividade leiteira. E é essa nossa intenção, enquanto sindicato, capacitar cada vez mais o homem do campo e a atividade leiteira da nossa região, produzindo alimentos com qualidade e sanidade", apontou o presidente do Sindicato Rural de Guarapuava, Rodolpho Luiz Werneck Botelho.

O produtor de leite Marcos Abreu Turco, do município de Candói, participou pela primeira vez do simpósio. "Chamou bastante atenção a parte da produção de alimentos, que temos bastante dificuldade. Além disso, achei interessante o debate da correção de solos, a base de tudo, e que muitas vezes deixamos de lado. Voltamos para propriedade com um gás a mais para colocar em prática o que aprendemos no evento", destacou Turco.

O simpósio foi uma realização da Comissão Técnica de Bovinocultura de Leite do Sindicato Rural de Guarapuava, com organização do Sistema FAEP/SENAR-PR, Centro Mesorregional de Excelência em Tecnologia do Leite do Norte Central, Agrária, Coamig, Emater, Pró Rural, Seab, Unicentro e Prefeitura de Guarapuava.

Licenciamento mais moderno e sustentável

Com atuação da FAEP, Secretaria de Desenvolvimento Sustentável passa a adotar novos critérios para a Dispensa de Licenciamento Ambiental

O campo paranaense obteve uma vitória importante na relação entre preservação ambiental e produção agrícola. A Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Turismo do Paraná (Sedest) passou a adotar novas diretrizes para conceder a Dispensa de Licenciamento Ambiental (DLAE), instrumento que existe para regulamentar as atividades dos pequenos e médios produtores de proteínas animais (veja quadro na página 10). Na prática, este grupo tem um menor impacto ambiental. Se precisassem cumprir a mesma burocracia destinada aos grandes pecuaristas, teriam seus modelos de negócio inviabilizados, deixando de gerar riquezas ao Estado.

Para se ter ideia da importância desse instrumento legal à produção agropecuária estadual, 92% das propriedades rurais paranaenses são pequenas e médias, com até quatro módulos fiscais. Mais da metade desse volume é composto por áreas de até 25 hectares.

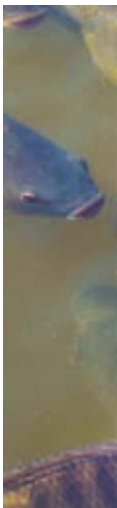
Ainda assim, o agronegócio é o maior responsável por gerar riquezas no interior do Estado. Em 235 dos 399 municípios, a maior parte do dinheiro recebido via Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) têm origem no campo, conforme dados do Departamento Técnico Econômico (DTE) da FAEP. Ou seja, sem os médios e pequenos produtores rurais, a economia do Paraná simplesmente travaria.

Um dos passos mais importantes para a implantação de qualquer negócio, seja no campo ou na cidade, é a obtenção das autorizações ambientais. "Trabalhamos com esse tema há muitos anos e essa revisão dos critérios é uma conquista para o agronegócio paranaense, a nossa galinha de ovos de ouro da geração de empregos e riquezas", avalia Ágide Meneguette, presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR. "Não podemos deixar que a burocracia inviabilize os negócios. Por isso seguimos defendendo os interesses dos produtores para que possam ter segurança para produzir alimentos de qualidade e sustentáveis. Uma das maiores provas de que estamos no caminho certo é que temos aberto portas para nossos produtos no mundo inteiro", completa o presidente.

De acordo com o secretário da Sedest, Márcio Nunes, a visão da pasta, atualmente, está voltada ao empreendedorismo, sendo o agronegócio um dos setores mais importantes na economia estadual. "Queremos mostrar

"Essa revisão dos critérios é uma conquista para o agronegócio paranaense, a nossa galinha de ovos de ouro da geração de empregos e riquezas"

Ágide Meneguette, presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR



Números das Resoluções de cada atividade

Resolução Sedest - 59 de 22/07/2019 – Aquicultura e Maricultura
Resolução Sedest - 52 de 15/07/2019 – Suínos
Resolução Sedest - 54 de 15/07/2019 – Aves
Resolução Sedest - 55 de 15/07/2019 – Bovinos

com clareza que os empreendedores têm tapete vermelho no Paraná. Não vamos afrouxar, flexibilizar, acabar com o meio ambiente, não é isso. Queremos dar todas as orientações possíveis para que as pessoas obtenham o seu intento. Sabemos que o trabalho é a grande mola motriz de qualquer economia. A nossa missão só acaba a partir do momento em que o cidadão colocou o negócio para funcionar, gerando emprego", enfatiza.

Regulamentação

A DLAE, diferentemente do que pode parecer numa análise superficial, não se trata de um afrouxamento nas exigências ambientais. Muito pelo contrário! Serve para regulamentar aqueles produtores que possuem criações de animais para um impacto ambiental mínimo. Mesmo assim, os dejetos gerados, por exemplo, devem ter um tratamento de acordo com as exigências legais. Para obter uma DLAE não basta apenas ter um número limite de cabeças ou tamanho máximo de área do empreendimento, é necessário entrar com um pedido formal. A partir daí a secretaria aprova ou rejeita, conforme uma avaliação para verificar se aquela propriedade tem condições para exercer aquela atividade.

Na rotina do produtor rural, a DLAE tem desdobramentos práticos. O mais evidente é o fato de que os financiamentos por instituições financeiras só saem se o pecuarista estiver com suas obrigações em dia. "É preciso estar atento a essa questão para não descobrir pendências na documentação sobre a parte ambiental na hora de fazer um empréstimo. O banco exige o cumprimento dos trâmites legais, até porque se autorizar uma transação a uma propriedade irregular pode ter de responder solidariamente em caso de um processo judicial", relata Carla Beck, técnica do DTE da FAEP.

Repercussão no campo

Um dos setores que teve mais alterações na DLAE é a produção leiteira. Antes, havia previsão de 80 cabeças em sistema de confinamento. Ago-

Novas regras à produção de proteínas animais

Veja como ficaram os limites para o pedido de Dispensa de Licenciamento Ambiental (DLAE)

	Antiga:	Nova:
Bovinocultura	▸ Empreendimentos com até **80 cabeças** de gado de leite em confinamento. ▸ Bovinocultura de corte confinada até **80 cabeças.** ▸ Bovinocultura de corte confinada: **Até 80 cabeças.**	Empreendimentos de porte micro ▸ Bovinocultura de corte confinada: **Até 80 cabeças.** ▸ Recria de Novilhas em sistema de confinamento: **Até 160 cabeças.** ▸ Animais em lactação Confinados: **Até 80 cabeças**. ▸ Animais em lactação Semi-confinado: **Até 180 cabeças**.
Avicultura	▸ Empreendimentos em área construída de **1.500 m²** em área rural.	▸ Área construída de no máximo **6.000 m²**.
Suinocultura	▸ Até **10 animais** em terminação ou até **3 matrizes.**	Empreendimentos de porte micro ▸ **Tipo 1** – Ciclo completo: **Até 5 matrizes**. ▸ **Tipo 2** – Unidade Produtora de leitão (UPL): **Até 5 matrizes**. ▸ **Tipo 3** – Unidade produtora de leitões desmamados (UPD): **Até 5 matrizes**. ▸ **Tipo 4** – Unidade de recria (UR): Até 5 matrizes. ▸ **Tipo 5** – Unidade de terminação Wean to Finish (UWF): **Até 12 animais**. ▸ **Tipo 6** – Unidade de terminação: **Até 10 animais**. ▸ **Tipo 7** – Central de transbordo/relocação (CRECHÁRIO) 21 a 70 dias de vida: **Até 10 animais**. ▸ **Tipo 8** – Central de transbordo/relocação (TERMINAÇÃO) 119 a 196 dias de vida: **Até 10 animais**. ▸ **Tipo 9** – Unidade Produtora de Sêmen (UPS): não é permitido DLAE

Fonte: Sedest | Elaboração: DTE/FAEP

	Antiga:	Nova:
Aquicultura e Maricultura	▸ Área até **10.000 m²**, de uso não comercial.	Empreendimento classificados como de porte mínimo ▸ **Quadro I - Piscicultura e carcinocultura (cultivo de peixes e camarões) em viveiros escavados com produtividade por unidade de área/ano.** Área de cultivo (hectares em lâmina de água): **< 2**. Produtividade (kg/m²/ano): **< 1,0**. ▸ **Quadro II – Sistema de cultivo de peixes em tanques – rede (reservatórios).** Volume ocupado (m²): **< 300**. Produtividade (kg/m²/ano): **< 50**. ▸ **Quadro III – Cultivo de peixes marinhos em sistema de tanques – rede.** Área de ocupação (hectares): **< 100**. Investimento (UPF/PR): **< 300**. ▸ **Quadro IV – Ranicultura.** Área de ocupação (m²): **< 100**. Produtividade (kg/m²/ano): **< 1**. ▸ **Quadro V – Unidades produtoras de organismos aquáticos jovens.** Área de ocupação (m²): **< 20.000.** Investimento (UPF/PR): **< 6.000**. ▸ **Quadro VI – Algicultura.** Área de ocupação (m²): **<5.000**. Produtividade: Qualquer produtividade. ▸ **Quadro VII – Cultivo de ostras, mexilhões e vieiras.** Área de ocupação (m²): **<7.000.** Produtividade: Qualquer produtividade. ▸ **Quadro VIII – Cultivo de camarão em tanque-rede continental, estaurinos e marinhos.** Área de ocupação (m²): **<3.000**. Investimento (UPF/PR): **<600**.

ra, no sistema de semi-confinamento serão permitidos até 180 animais em lactação, o que abrange a maior parte dos produtores do Estado (veja a tabela). “O Paraná já se consolidou como segundo maior produtor de lácteos do Brasil. Essa medida vem para facilitar a vida dos produtores, reduzindo burocracia, uma vez que a atividade é de baixo impacto ambiental. Os bovinocultores de leite há tempos já reivindicavam uma maior flexibilização nas normas”, comenta o presidente da Comissão Técnica de Bovinocultura de Leite da FAEP, Ronei Volpi.

Para Carlos Bonfim, presidente da Comissão Técnica de Aves da entidade, toda diminuição na burocracia relacionada à cadeia produtiva, desde que sejam mantidos os parâmetros adequados com relação ao meio ambiente, é bem-vinda. “Teremos muitos produtores no Estado que agora vão poder se encaixar nessa categoria e pedir a dispensa da licença ambiental. Não é justo que um produtor menor, que faz o dever de casa para tratar devidamente os passivos gerados, tenha que se submeter ao mesmo processo de megaempresas”, avalia Bonfim.

O presidente da Comissão Técnica de Suinocultura da FAEP, Reny Gerardi, vê com bons olhos a iniciativa, mas pondera que é necessário sempre manter a vigilância com relação às normas ambientais. “Toda iniciativa que venha a diminuir a burocracia e facilitar a vida do produtor é bem-vinda, desde que consideradas todas as exigências com o meio ambiente. Não importa o tamanho, se é pequeno ou grande, sempre é preciso observar como trabalhar dentro do que determina as legislações que regulam a atividade”, enfatiza.

O piscicultor Marcos Aurélio Pereira, de Toledo, na região Oeste, entende a medida como algo positivo para os pequenos produtores. “Óbvio que quando facilita algum procedimento como esse, vai se produzir mais, com menos burocracia. Pode ser algo bastante importante para aqueles pequenos produtores que precisam de uma renda extra. Como o Paraná tem crescido bastante nesse setor, é uma oportunidade para mais pessoas produzirem”, aponta.

Licenciamento Ambiental

Saiba mais sobre regras de preservação vigentes no Paraná

Por Carla Beck
Técnica do DTE da FAEP

Atualmente, para a concessão de crédito bancário ao produtor rural, as instituições financeiras exigem comprovantes que atestem a regularidade ambiental de sua propriedade. Já é rotina a solicitação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), na obtenção de qualquer financiamento. Para conseguir o crédito para a compra de animais ou expansão do empreendimento os bancos exigem o licenciamento ambiental dos projetos financiados.

Também é necessário que a execução dos projetos siga os princípios de responsabilidade social e ambiental para a aprovação do crédito, porque em caso de danos ambientais, a instituição financeira poderá ser considerada corresponsável. Os projetos têm que ter obras e aquisição de equipamentos destinados ao controle de degradação e à melhoria do meio ambiente.

Tudo regulamentado pela Lei 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e, também obriga que os bancos exijam o Licenciamento Ambiental de projetos financiados cumprido as normas e padrões do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). O não cumprimento das leis ambientais resulta em perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito.

O que é Licenciamento Ambiental?

O Licenciamento Ambiental é procedimento pelo qual o Órgão Ambiental competente verifica as condições legais e técnicas, licença de localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais.

O tipo de licenciamento obtido e as exigências para consegui-lo variam de acordo com a complexidade do empreendimento. O processo nem sempre é simples.

O Licenciamento Ambiental pode ser: Dispensa de Licenciamento Ambiental, Licenciamento Ambiental Simplificado, Licença Previa, Licença de Instalação e Licença de Operação.

Tipos de licenças

A Licença Ambiental Simplificada (LAS) - Aprova a localização e a concepção do empreendimento, atividade ou obra de pequeno porte e/ou que possua baixo potencial poluidor/degradador, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos. Além de autorizar sua instalação e operação de acordo com as especificações constantes dos requerimentos, planos, programas e/ou projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes determinadas pelo Órgão Ambiental Competente.

A Licença Prévia (LP) - Concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.

A Licença de Instalação (LI) - Autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes.

Licença de Operação (LO) - Autoriza o funcionamento da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambientais e condicionantes determinados para a operação.

Saiba como funciona cada um:

A Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual (DLAE) - concedida para os empreendimentos cujo Licenciamento Ambiental não compete ao órgão ambiental estadual, conforme os critérios estabelecidos em resoluções específicas. A Resolução SEMA 051 estabelece a dispensa de Licenciamento Ambiental para atividades de baixo impacto ambiental. Porém, é necessário observar itens importantes como:

1. A DLAE poderá ser requerida, via *online* no site do Instituto Ambiental do Paraná, nos casos em que seja necessária a comprovação de dispensa de Licenciamento Ambiental estadual mediante a prestação das informações necessárias.

2. A Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual poderá ser renovada, via *online*, desde que mantidas as características da DLAE já emitida mediante a prestação das informações necessárias.

3. Qualquer alteração em um dos critérios estabelecidos que acarretem no aumento do potencial poluidor ou degradador do empreendimento, o Usuário Ambiental deverá solicitar a Licença Ambiental específica.

4. A Dispensa do Licenciamento Ambiental não exime o dispensado das exigências legais ambientais com a correta destinação de efluentes e resíduos.

Resultados do Censo Agropecuário

O chefe da Unidade Estadual do IBGE, Sinval Dias dos Santos, e o supervisor de agropecuária no Paraná da entidade, Jorge Mryczka, estiveram reunidos com o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, no dia 9 de outubro, para convidar para o lançamento nacional dos resultados do Censo Agropecuário. O evento está marcado para o dia 25 de outubro, no Palácio Iguaçu, com a presença de autoridades nacionais e estaduais, além de entidades ligadas ao agronegócio brasileiro.

40 anos do Sindicato Rural de Cianorte

No dia 15 de agosto, o supervisor do SENAR-PR Jean Carlo Carraro representando a diretoria da FAEP, entregou um quadro comemorativo aos 40 anos do Sindicato Rural de Cianorte ao presidente da entidade, Domingos Vela. O Sindicato Rural de Cianorte completou quatro décadas no dia 21 de setembro.

Comércio nacional

O município de Santo Antônio da Platina obteve o reconhecimento de equivalência dos seus serviços de inspeção municipais (SIM) de produtos de origem animal junto ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi-POA), do Ministério da Agricultura. Com o reconhecimento, estabelecimentos e produtos de origem animal da cidade poderão comercializar em todo o país.

Palestra em Andirá

O técnico do Departamento Jurídico da FAEP Eleutério Czornei ministrou palestra sobre as legislações trabalhista e previdenciária na Câmara Municipal de Andirá, no dia 24 de setembro. O evento promovido pelo sindicato rural local e a Emater contou com 35 pessoas.

SENAR-PR e Sindicato Rural apostam na capacitação de produtores

Oficinas de "Torra de Cafés Especiais" e "Manutenção de Roçadeira e Derriçadeira" atenderam mais de 180 pessoas ao longo dos três dias da Ficafé

Feira internacional, em Jacarezinho, no Norte Pioneiro, ocorreu dos dias 2 a 4 de outubro

Quando falamos de café, é impossível não falar do Paraná. Apesar de a cultura já não ter a mesma força de décadas atrás, o setor cafeeiro do Estado vem se reestruturando para manter-se relevante no mercado. A aposta em alta qualidade é a nova cara do café paranaense, que recebe destaque pela produção de cafés especiais, principalmente no Norte Pioneiro.

A Feira Internacional de Cafés Especiais do Norte Pioneiro do Paraná (Ficafé), que aconteceu nos dias 2 a 4 de outubro, em Jacarezinho, contribui para esse cenário. A programação trouxe debate acerca de tendências para a cafeicultura, abordando temas como oportunidades do mercado internacional, desafios da comercialização, aspectos técnicos da produção, entre outros temas. Ao longo dos três dias, o evento também contou com 12 oficinas ofertadas pelo Sindicato Rural de Jacarezinho, com apoio do Sistema FAEP/SENAR-PR e Sicredi. Houve ainda uma parceria com o Probat Leogap e Tarfill. Com os temas "Torra de Cafés Especiais" e "Manutenção de Roçadeira e Derriçadeira", as oficinas receberam cerca de 180 participantes, entre produtores rurais e visitantes da feira. O Sistema FAEP/SENAR-PR também esteve presente com estande, com o objetivo de levar informações sobre os cursos ofertados pela instituição.

"O Paraná, com uma safra estimada em 1 milhão de sacas, pode ter sua produção comparada à de países como a Costa Rica, um dos principais produtores de cafés especiais do mundo. Isso mostra a importância da cafeicultura paranaense e das ações do Sistema FAEP/SENAR-PR para o fortalecimento desta importante cadeia produtiva", destaca Jéssica Welinski de Oliveira D'Angelo, técnica do Departamento Técnico (Detec) do Sistema FAEP/SENAR-PR.

Qualificação de produtores

Para o presidente do Sindicato Rural de Jacarezinho, Eduardo Sérgio Assumpção Quintanilha Braga, a promoção de oficinas durante o evento foi uma importante estratégia para fomentar a capacitação dos cafeicultores. "São assuntos que os produtores pedem e tentamos atender da melhor forma. É uma lavoura difícil e que exige mão de obra qualificada. Então, os produtores têm interesse e querem se capacitar", afirma.

A oficina de "Torra de Cafés Especiais", ministrada pelo

barista e mestre de torra Daniel Munari, mostrou o processo que acontece na outra ponta da cadeia, que permite a valorização do produto. "É fundamental fazer esse *link* entre as pontas. Com conhecimento, o produtor tem um diferencial, condições de atender melhor o mercado. O contrário também acontece, pois colocar o mercado próximo à produção é uma forma de incentivar a valorização deste produtor", salienta Munari.

Durante a oficina foi demonstrado como alcançar a potencialidade do grão, abordando cada etapa da torra, além de degustação. "O café especial é uma bebida superior, mais aromático, com doçura natural e acidez equilibrada", explica Munari.

Já a oficina de "Manutenção de Roçadeira e Derriçadeira", com o instrutor Emerson Massoqueto Batista, trouxe os aspectos técnicos em relação à operação do maquinário para a produção de café, dando ênfase à segurança do trabalhador. "O curso teve uma repercussão muito boa. A capacitação dos produtores é fundamental para a operação das máquinas, na questão do uso do EPI [Equipamento de Proteção Individual], pois o desconhecimento de um simples detalhe pode trazer muitos riscos para quem opera e até mesmo outros presentes no campo", observa Batista.

CT de Cafeicultura debate estratégias para 2020

No dia 3 de outubro, durante a Ficafé, aconteceu a reunião da Comissão Técnica (CT) de Cafeicultura da FAEP. Na ocasião, os presentes elaboraram ações estratégicas para a cafeicultura paranaense para o próximo ano. "O passo seguinte é promover uma reunião com os presidentes das associações de café do Paraná para viabilizar uma integração entre os cafeicultores paranaenses e estruturar melhor a questão da comercialização, principalmente de café especial", destacou o presidente da CT da FAEP, Walter Ferreira de Lima.

Segundo Lima, o setor é formado por muitos produtores de pequeno porte, e, portanto, sem a integração, existem dificuldades para atingir o volume necessário para as exportações, tanto no mercado interno quanto externo. "Muitos mercados exigem constância de entrega, então isso acaba sendo um problema para produções menores em que o produtor está sozinho. Por isso, uma das nossas preocupações é desenvolver uma política paranaense do café", acrescenta.

A reunião também abordou aspectos relacionados ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do café, com palestra ministrada pelos auditores fiscais da Delegacia Regional da Receita Estadual de Jacarezinho, Evandro C. Diniz e José Antonio V. de Figueiredo. De acordo com o presidente da CT, esse é um tema de muito interesse para os produtores, pois o café é praticamente o único produto agrícola em que há incidência do imposto.

Durante a palestra, os auditores solucionaram as dúvidas dos presentes em relação à tributação do ICMS na operação interestadual, na operação interna e a obrigatoriedade da Nota Fiscal de Produtor Eletrônica (NFP-e) na operação interestadual a partir de 2020.

PADROEIRA DOS BRASILEIROS

Desde a aparição da imagem, em 12 de outubro é comemorado o dia de Nossa Senhora Aparecida

Sem dúvida, Nossa Senhora Aparecida é o principal ícone da fé religiosa brasileira. Vestida com um manto azul-escuro todo enfeitado, a imagem de 36 centímetros fica exposta na Basílica de Nossa Senhora Aparecida, localizada em Aparecida, no interior do Estado de São Paulo. Todos os dias, milhares de fiéis e peregrinos viajam ao santuário para pedir graças, agradecer e homenagear a Padroeira do Brasil.

A história de Nossa Senhora Aparecida teve início em 1717, tempo das Capitanias Hereditárias. Nesta época surgiu a notícia de que os governantes das capitanias de São Paulo e Minas passariam por Guaratinguetá. Empolgados com a visita, os moradores locais resolveram fazer um banquete de boas-vindas em homenagem aos visitantes.

Para preparo da refeição, os pescadores Domingos Garcia, Filipe Pedroso e João Alves ficaram com a missão de trazer o melhor abastecimento possível de peixe. A questão é que naquele período, mais especificamente em outubro, o tempo não era muito favorável para a pesca.

Mas como os pescadores não podiam se contrapor ao pedido, decidiram rezar pedindo a benção e a proteção da Virgem Maria para que tivesse muita fartura na pescaria. Os três foram até o rio Paraíba e jogaram as redes inúmeras vezes sem sucesso, até que para a surpresa dos pescadores o corpo de uma imagem veio preso na rede.

Ainda intrigados, lançaram novamente a rede e, desta vez, "pescaram" uma cabeça que tinha encaixe perfeito ao corpo pescado anteriormente. As próximas redes lançadas vieram milagrosamente carregadas de peixes, a ponto de os pescadores terem que voltar rapidamente para a praia para descarregar o barco.

Desde a aparição, 12 de outubro é comemorado o dia de Nossa Senhora Aparecida. Maria foi proclamada Nossa Senhora da Conceição Aparecida, Rainha do Brasil, em 16 de julho de 1930 pelo Papa Pio XI. A virgem ganhou um manto bordado e, para abrigar a imagem e receber os pedidos de orações dos fiéis, foram construídas casas, depois capelas e, posteriormente, uma basílica. Hoje, este santuário localizado na cidade de Aparecida, no interior do Estado de São Paulo, é um dos maiores e mais representativos do mundo com inúmeras histórias de milagres de Nossa Senhora Aparecida.

Milagres

O milagre dos peixes foi só o primeiro milagre da história de Nossa Senhora Aparecida. Depois destes, aconteceram muitas outras histórias de sofrimentos e glórias de fiéis que receberam as graças daquela que se tornou a padroeira do Brasil.

Em uma noite tranquila por volta do ano do 1733, um grupo de pessoas estava reunido no oratório de Itaguaçu para rezar diante da imagem. Durante a reza do terço, as duas velas que iluminavam a Virgem de Aparecida se apagaram repentinamente e sem explicação, pois não ventava no momento. Foi quando a uma mulher chamada Silvana Rocha levantou-se para acendê-las novamente, mas as velas se acenderam sozinhas, prodigiosamente.

Outro milagre envolve um casal que morava na cidade de Jaboticabal, em São Paulo, e tinha uma filha cega com o sonho conhecer a Igreja de Nossa Senhora Aparecida. Na época, além de longe, o caminho até a igreja era muito difícil.

Com muito sofrimento, mas acima de tudo, fé, a família conseguiu chegar ao santuário quando inesperadamente a menina levantando a cabeça disse: "mãe, como é linda esta igreja!". A partir daí a menina, até então cega, milagrosamente passou a enxergar tudo de forma perfeita.

Este milagre de Nossa Senhora Aparecida aconteceu em meados de 1850, quando um escravo fugitivo que se chamava Zacaria foi capturado, preso e acorrentado com correntes bem grossas.

Enquanto ele estava sendo transportado, ele pediu permissão para rezar em frente à imagem de Nossa Senhora Aparecida por alguns instantes e, ali, ele se ajoelhou e rezou muito e com muita devoção. Só que enquanto, milagrosamente, as correntes que prendiam o escravo na carroça começaram a quebrar e soltar do pulso do prisioneiro, tornando-o livre.

Ao presenciar o fato, o senhor que prendia o escravo entendeu se tratar de uma intervenção divina e concordou em libertá-lo.

"O Paraná é um exemplo a ser seguido"

De acordo com o diretor geral do Serviço Florestal Brasileiro, Valdir Colatto, modelo paranaense deve servir de referência para outros Estados

O Serviço Florestal Brasileiro, que faz parte do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), está em processo de conclusão para uma análise dinamizada do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Ainda sem data definida para começar a operar, o sistema irá processar de forma mais rápidas as informações e, desta forma, permitir a implantação definitiva do Código Florestal Brasileiro.

Dentro deste processo, no dia 3 de outubro, uma reunião na sede do Sistema FAEP/SENAR-PR reuniu técnicos da entidade, diretores do Serviço Florestal Brasileiro e representantes das secretarias de Agricultura e Meio Ambiente do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Acre, Ceará e Amazonas para repassar informações atualizadas sobre a análise dinamizada do CAR. A programação inclui pontos como a construção do sistema até o momento, cronograma de execução, panorama do desenvolvimento e homologação do sistema.

A proposta é que a adesão para a implantação da análise dinamizada do CAR, rápida e com insumos mais qualificados e seguros, seja uma opção de cada Estado. Ainda, os produtores que estiverem aptos a entrarem no Programa de Regularização Ambiental (PRA), receberão a orientação da Embrapa quanto a vegetação ou plantio que poderão fazer para compensarem o seu passivo ambiental.

Na ocasião da reunião na sede do Sistema FAEP/SENAR-PR, o diretor geral do Serviço Florestal Brasileiro, Valdir Colatto, concedeu entrevista exclusiva ao Boletim Informativo para pontuar, entre outras questões, o uso do modelo do Paraná como referência para os demais Estados do país, principalmente por conciliar as partes rural e ambiental.

BI: Como está o processo de implantação da análise agilizada do CAR?

VC: Estamos trabalhando junto aos Estados, para mostrar que caminho está sendo feito para o estudo de implantação da plataforma de dinamização da análise do CAR, para depois

chegarmos ao PRA, e, consequentemente, a implantação definitiva da implantação do Código Florestal Brasileiro. É uma discussão para que todos possam chegar em um objetivo final que é a regularização das propriedades, para termos harmonia entre meio ambiente e produção. Isso é muito importante.

Como reuniões como a que ocorreu no Sistema FAEP/SENAR-PR são importantes no processo?

Já está acontecendo e pretendemos, com reuniões, saber o que está sendo discutindo na base para levar uma proposta que venha contemplar todos os Estados, levando em conta as características de todas as regiões. É preciso cuidar disso para não trazer dificuldades para os produtores rurais neste processo de dinamização do CAR que estamos implantando em todo o Brasil.

O trabalho realizado no Paraná pode ajudar neste processo?

O Paraná tem muitos trabalhos feitos, que precisamos exportar para todo o Brasil. Vamos nos espelhar nestes trabalhos, pois, uma das condições que vimos é a harmonização entre agricultura e meio ambiente, serviço público, bancos, Ministério Público, entre outras instituições envolvidas. O Paraná é um exemplo a ser seguido.

Como está o processo do CAR nos demais Estados?

Alguns Estados não estão tão avançados. Por isso, estamos recomentando que os outros Estados conheçam o trabalho que está sendo feito no Paraná. Santa Catarina está andando bem também. Com isso, nós poderemos ter um avanço rápido, principal nos Estados do Nordeste e na Amazônia.

Quais os próximos passos no processo?

É preciso discutir com todos os segmentos, os setores, os Estados, as Federações, as cooperativas, e ver a realidade do Brasil. Inclusive, pedimos ao presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR para disponibilizar os técnicos da casa para ajudar no processo, esclarecendo as experiências do Paraná que levaram aos avanços. Assim, poderemos contemplar o meio ambiente, tendo o cuidado de não engessar, burocratizar o sistema produtivo, nem tornar mais oneroso. As experiências do Paraná precisam ser levadas para o Brasil.

Existe uma data para o lançamento da análise dinamizada do CAR?

Antes de lançar a público o CAR dinamizado, é preciso ter uma discussão com todo o país, envolvendo técnicos das áreas ambiental e agrícola, para ter o trabalho agilizado e avançar para conclusão do Código Florestal Brasileiro.

Memória do Campo

FAEP Boletim Informativo

FAEP entra na Justiça contra o aumento do pedágio

FHC sanciona lei do rito sumaríssimo

Eleições na FAEP

Novas medidas para o milho

FAEP contra o pedágio

Exercendo sua função política de defesa do produtor rural, a FAEP ingressou com uma ação judicial, em 2000, contra o governo do Paraná e as concessionárias, com vistas a garantir que não houvesse aumento na tarifa dos pedágios. Na ocasião, as empresas queriam dobrar o preço cobrado dos motoristas. A mobilização contou com adesão de dois sindicatos ligados ao setor de transportes.

Na época, a FAEP apontou que o aumento da tarifa implicaria diretamente nos custos de produção do setor agropecuário. Segundo estudo realizado pela Federação, os custos da produção de milho aumentariam 10% e o da soja, 5,6%. O Departamento Técnico Econômico (DTE) da FAEP apontou, então, que o eventual aumento poderia inviabilizar a sobrevivência de pequenos e médios produtores.

A atuação da FAEP mostrou que as atribuições da Federação vão muito além do campo e abrangem todos os setores que podem trazer algum impacto ao produtor rural. E a preocupação da instituição está correta: recentemente, uma série de investigações ocorridas no âmbito da Lava Jato comprovaram irregularidades na gestão dos contratos com as concessionárias.

Outubro Rosa & Novembro Azul

Em todos os cantos do Estado, a mobilização em prol da prevenção do câncer de mama e de colo de útero e de doenças masculinas, como o câncer de próstata, está enorme. Confira as fotos de colaboradores dos sindicatos rurais do Paraná que estão abraçando a causa.

Outras fotos dos colaboradores das entidades sindicais rurais serão publicadas nas próximas edições do Boletim Informativo do Sistema FAEP/SENAR-PR.

#ABRACEESSACAUSA

Sindicato Rural de Andirá

Sindicato Rural de Araucária

Sindicato Rural de Bituruna

Sindicato de Campo Largo

Sindicato Rural de Cianorte

Sindicato Rural de Maringá

Sindicato Rural de Pato Branco

Sindicato Rural de Pitanga

Sindicato Rural de São Mateus do Sul

Sindicato Rural de Jaguapitã

Sindicato Rural de Prudentópolis

Telefonistas do Sistema FAEP/SENAR-PR

MERCADO INTERNACIONAL

Cada vez mais, frango do Paraná chega à mesa dos chineses

Estado produz mais da metade dos produtos avícolas exportados pelo Brasil para o país asiático

Por Felippe Aníbal

O frango produzido no Paraná tem chegado à mesa dos chineses em um volume cada vez maior, a ponto de o Estado se firmar como o principal fornecedor de cortes congelados ao gigante asiático. Hoje, quase 85% dos produtos avícolas que a China importa sai de portos brasileiros. Mais da metade diz respeito a aves produzidas, abatidas e embarcadas no Paraná. E mais: os volumes e a receita, que vêm aumentando, tendem a fechar 2019 em patamares recordes.

No ano passado, o Brasil exportou o equivalente a US$ 799 milhões em cortes de frango à China. Neste ano, em apenas oito meses, o país já está perto de superar essa marca: foram US$ 738 milhões exportados, até agosto. Líder absoluto nos embarques de frango aos chineses, o desempenho do Paraná é ainda mais positivo. Só nos oito primeiros meses de 2019, o Estado já embarcou R$ 371,5 milhões, o que corresponde a 14% a mais da receita obtida nos 12 meses de 2018.

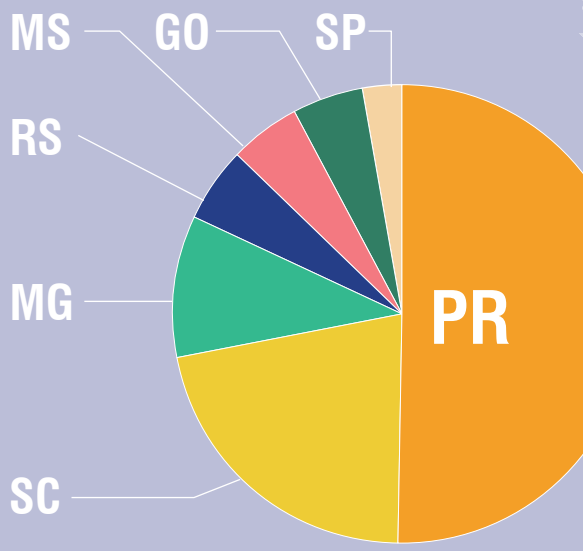
Com essas cifras, o Paraná se consolida, hoje, como o responsável por mais da metade (mais precisamente, por 50,34%) da carne de frango que saem dos portos brasileiros com destino à China. Isso significa que o Estado tem peso duas vezes e meia maior que Santa Catarina, segundo colocado no ranking brasileiro. O Estado vizinho responde por 21,81% dos embarques de produtos avícolas ao país asiático.

"O Paraná é o principal produtor e exportador de carne de frango para a China, assumindo uma posição de destaque, em uma relação comercial muito importante. Hoje, 21% do frango que o Paraná produz vão para a China. Segundo principal destino, a Arábia Saudita, por exemplo, é o destino de 9,8% do que a avicultura do nosso Estado exporta", observa Luiz Eliezer Ferreira, técnico do Departamento Técnico Econômico (DTE) da FAEP.

Paraná: principal exportador de frango à China

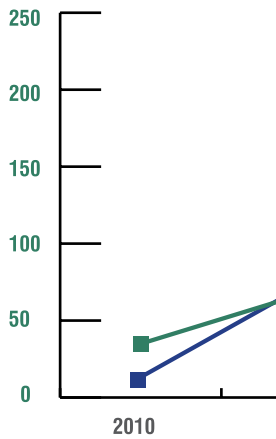
Mais da metade dos produtos da avicultura vendidos pelo Brasil à China saem do Paraná. Veja a evolução deste mercado

Estados que mais exportam (%)



Mais frango do Paraná na China

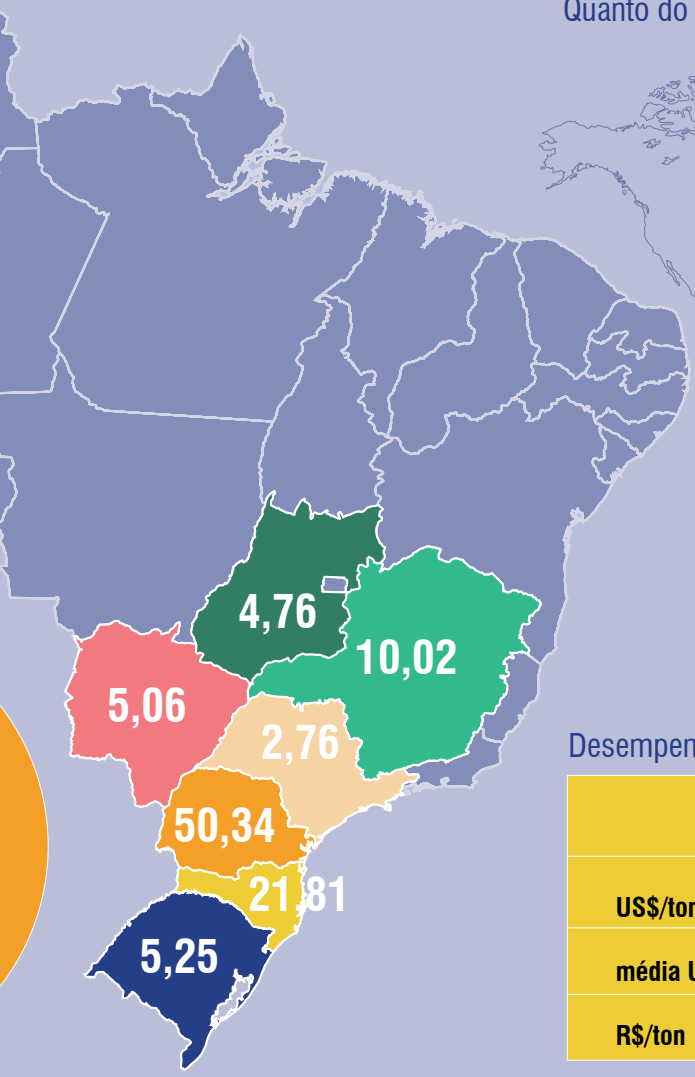
Veja a evolução das exportações de frango do Paraná para a China, em volume e em receita



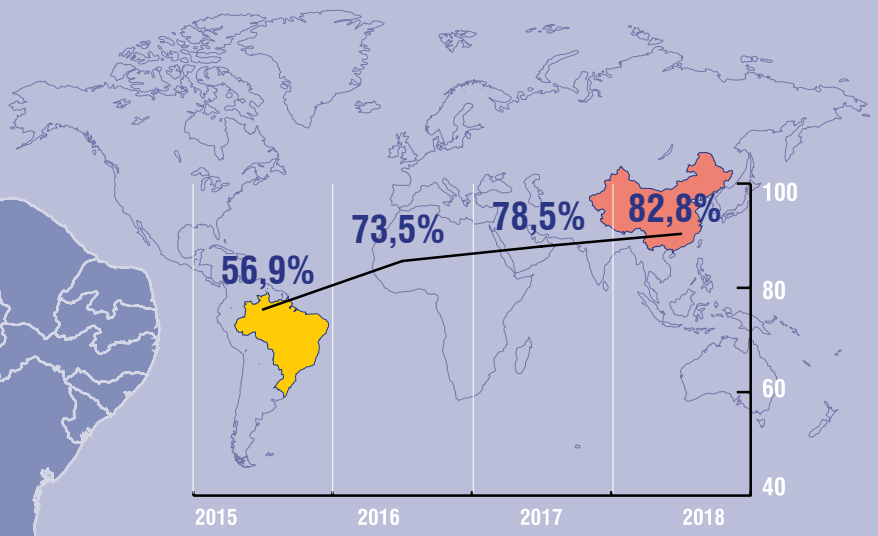
Valor(milhões de US$)

Volume (mil ton)

Fonte: Agrostat | Elaboração: DTE/FAEP



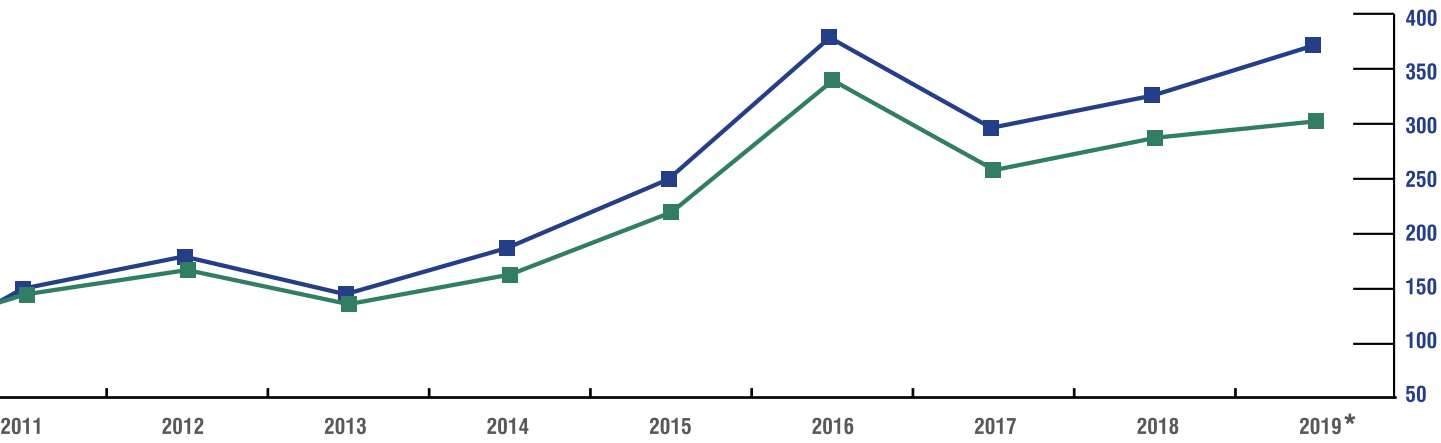
Quanto do frango comprado pela China provém do Brasil



Desempenho do Paraná nas exportações para a China

	2018	2019*	Var.%
US$/ton	1.534,9	1.649,7	7,48
média U$$	3,42	3,85	12,57
R$/ton	5.249,36	6.351,35	20,99

* De janeiro a agosto



"O Paraná é o principal produtor e exportador de carne de frango para a China. Hoje, 21% do frango que o Paraná produz vão para a China"

Luiz Eliezer Ferreira, técnico do DTE da FAEP

4 novos frigoríficos do Paraná

foram habilitados para exportar cortes ao país asiático em setembro passado

Escala crescente

Esse aumento das importações de carne de frango da China está relacionado, principalmente, a questões sanitárias. O país asiático enfrenta um surto de peste suína africana, que dizimou mais de 7 milhões de cabeças em toda a Ásia. Para compensar, os chineses têm ampliado as compras de proteína animal, seja de aves, suínos ou bovinos. Por outro lado, o gigante asiático atravessa um bom momento do ponto de vista econômico. A China é considerada a segunda maior economia do mundo, com um Produto Interno Bruto (PIB) de mais de 12 trilhões de dólares.

"Estamos com ótimas perspectivas para o frango brasileiro e, por consequência, para a avicultura do Paraná. A peste suína africana fez com que China venha aumentando as compras, fomentando um cenário positivo para as proteínas, de modo geral", aponta Ferreira. "Leva um tempo até eles reporem o plantel. E a carne de frango tem uma vantagem: a ave está pronta para o abate em 45 dias. Na suinocultura, o período é de seis meses. A China é um ótimo mercado e temos que aproveitar o momento", acrescenta.

Tendência

Os dados indicam que o aumento não se trata de um fenômeno pontual, mas de uma tendência. Desde 2013, as exportações de cortes de frango para o Paraná vêm crescendo ano a ano, tanto em volume embarcado, quanto em receita. A exceção foi 2016, quando ocorreu o pico, em que o Estado enviou à China o equivalente a 378,5 milhões de dólares.

"O ano de 2016 foi atípico, porque uma série de fatores [como problemas de sanidade, câmbio desvalorizado e crise no setor produtivo chinês] fez com que a China aumentasse muito as importações. Por isso, em 2017, as vendas do Paraná para os chineses retornaram a um patamar mais real, mas voltaram a subir nos anos seguinte, consolidando o aumento da importância deste mercado", aponta Ferreira.

Outro ponto reforça que, cada vez mais, o frango produzido no Brasil deve alimentar os chineses. Em setembro, seis novos frigoríficos brasileiros terem sido habilitados para exportar cortes ao país asiático. Quatro dessas plantas estão estabelecidas no Paraná.

Paraná "perde" liderança na contratação de crédito

Números do primeiro trimestre do PAP 2019/20 apontam aumento de 2,7% na contratação em relação ao mesmo período da temporada passada

Por Luiz Eliezer Ferreira
Técnico do Sistema FAEP/SENAR-PR

Os produtores rurais contrataram 2,72% a mais de crédito no primeiro trimestre de vigência do Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2019/20 em comparação com igual período da safra anterior, de acordo com dados do Banco Central. Entre julho e setembro de 2019, foram R$ 59,07 bilhões contratados contra R$ 57,50 bilhões na safra 2018/19. Em relação ao número de contratações houve recuo de 5,02%, de 656.766 contratos em 2018 para 623.810 este ano.

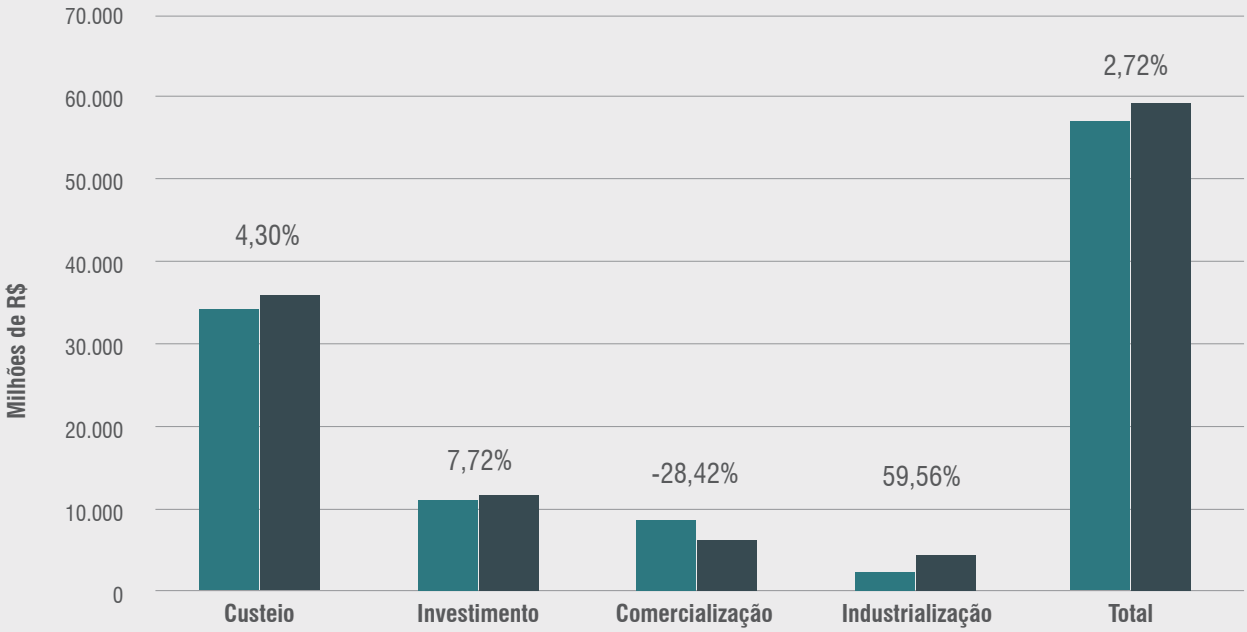
O valor contratado no primeiro trimestre representa 26,5% dos recursos programados no PAP 2019/20, que disponibiliza R$ 222,74 bilhões. Dos R$ 170 bilhões programados para custeio, comercialização e industrialização já foram contratados R$ 47,09 bilhões, 27,7% do total. Já nos investimentos foram contratados R$ 11,9 bilhões, sendo a previsão de R$ 53 bilhões até o final da safra.

Destaque para o forte crescimento do crédito para industrialização, que saiu de R$ 2,95 bilhões em contratações no primeiro trimestre da safra passado para R$ 4,71 bilhões em 2019. Oito das dez maiores contratações de crédito para industrialização estão no Paraná. O Estado concentrou 65,05% dos novos contratos, o que corresponde a R$ 3,06 bilhões do total.

Outro destaque foi a redução de 28,42% do crédito para comercialização. Esta modalidade coloca recursos necessários à comercialização dos produtos agropecuários à disposição do produtor, desde a pré-comercialização, passando pelo financiamento da estocagem, até garantias de preço ao produtor, as cooperativas também acessam estes financiamentos. A necessidade, por enquanto, de acessar esta linha é limitada, em função dos bons preços das *commodities* que faz com que a venda ocorra imediatamente à colheita.

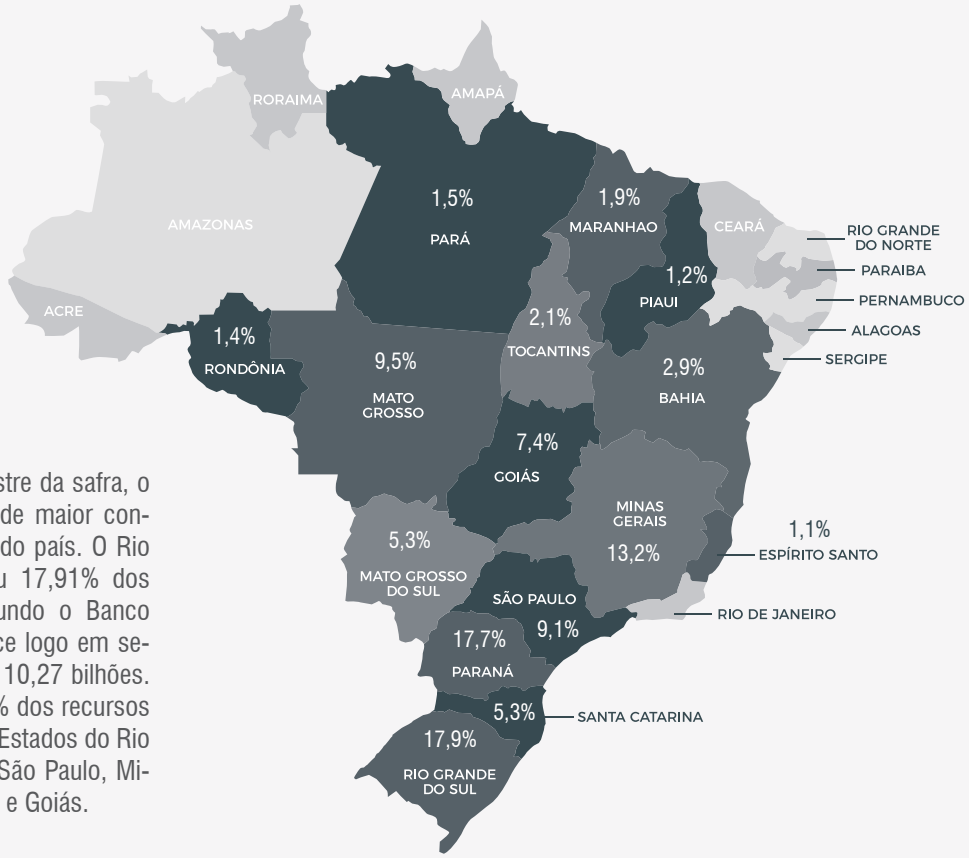
O custeio representou 61% das contratações no primeiro trimestre desta safra, seguido do investimento com 20%, comercialização 11% e industrialização com 8% de participação.

Valores contratados nas safras 2018/19 e 2019/20 (1º trimestre)



	Custeio	Investimento	Comercialização	Industrialização	Total
2018/19	34.514	11.121	8.921	2.952	57.509
2019/20	35.999	11.980	6.386	4.711	59.075

Fonte: Banco Central – Elaboração: DTE/Sistema FAEP



Neste primeiro trimestre da safra, o Paraná perdeu o posto de maior contratante de crédito rural do país. O Rio Grande do Sul registrou 17,91% dos R$ 59,07 bilhões, segundo o Banco Central. O Paraná aparece logo em seguida com 17,75% - R$ 10,27 bilhões. No cenário nacional, 75% dos recursos estão concentrados nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

Atividade

Entre julho e setembro deste ano, a pecuária contratou R$ 17,63 bilhões em crédito rural, alta de 16,6% em relação a igual período do ano passado. Já a participação cresceu de 26,29% para 29,88%.

As contratações das atividades agrícolas recuaram. O valor contratado neste primeiro trimestre alcançou R$ 41,38 bilhões contra R$ 42,39 bilhões da safra passada, queda de 2,36%.

Paraná

O Paraná foi o 2º colocado no ranking de contratações de crédito rural no primeiro trimestre da safra 2019/20. Entre julho e setembro de 2019, o Estado contratou R$ 10,27 bilhões, alta de 17,74% no comparativo com igual período da temporada passada.

O aumento foi puxado, principalmente, pela alta dos financiamentos para a industrialização, que subiram 70,7% no mesmo comparativo. As contratações para custeio avançaram 5,19%, saindo de R$ 4,98 bilhões no primeiro trimestre da safra passada para atuais R$ 5,24 bilhões. Houve avanço também nas contratações para investimentos, alta de 10,1%, alcançando o montante de R$ 1,41 bilhão. Assim como em nível nacional, as contratações para comercialização também recuaram no Paraná, para R$ 748 milhões, queda de 3,6%.

As atividades agrícolas contrataram R$ 6,74 bilhões entre julho e setembro da safra 2019/20, alta de 5,54%, mas com perda de participação no comparativo com as atividades pecuárias. A pecuária contratou R$ 3,52 bilhões, alta de 51,3%, consequentemente teve sua participação aumentada de 26,7% para 34,3% do total de crédito rural.

Valores contratados e participação por atividade (1º trimestre)

SAFRA	AGRÍCOLA		PECUÁRIO		TOTAL
	Valor (R$ mi)	Part %	Valor (R$ mi)	Part %	Valor (R$ mi)
2018/19	6.395	73,28	2.332	26,72	8.727
2019/20	6.747	65,66	3.529	34,34	10.276

CAMPINA DA LAGOA

APICULTURA

O Sindicato Rural de Campina da Lagoa promoveu o curso "Trabalhador na apicultura - Apicultura I" entre os dias 24 e 27 de junho. O instrutor Ramon Ponce Martins capacitou 10 pessoas.

PALOTINA

ÁRVORES FRUTÍFERAS

Nos dias 12 e 13 de agosto, 15 pessoas participaram do curso "Trabalhador no cultivo de árvores frutíferas - clima tropical", promovido pelo Sindicato Rural de Palotina. Na ocasião, o instrutor foi Sérgio Takashi Noguchi.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

CULTIVO HIDROPÔNICO

Oito alunos fizeram o curso "Produtor na olericultura - cultivo hidropônico", organizado pelo Sindicato Rural de São José dos Pinhais. As aulas com o instrutor Tiago Miguel Jarek ocorreram entre os dias 13 de agosto e 26 de setembro.

CASCAVEL

PRODUÇÃO ARTESANAL

O Sindicato Rural de Cascavel e Agrotec organizaram o curso "Produção artesanal de alimentos - conservação de frutas e hortaliças - geleias, doces de corte e doces pastosos". As aulas foram ministradas pela instrutora Geni Rossato Bach nos dias 15 e 16 de agosto para 15 pessoas.

UBIRATÃ

MOPP

Entre os dias 26 e 30 de agosto ocorreu o curso "Condutores de veículos - movimentação e operação de produtos perigosos (MOPP), organizado pelo Sindicato Rural de Ubiratã. O instrutor Aparecido Vieira treinou 20 pessoas.

CAMPO MOURÃO

MANUTENÇÃO DE MOTOSSERRA

O Sindicato Rural de Campo Mourão e Coamo promoveram o curso "Trabalhador na operação e na manutenção de motosserra - corte polivalente de árvores", entre os dias 26 e 30 de agosto. Cinco pessoas foram capacitadas pelo instrutor Marcos Roberto Kogut.

RIBEIRÃO DO PINHAL

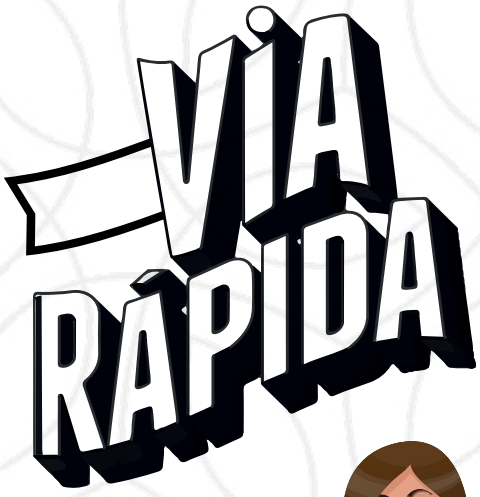
OPERAÇÃO DE GUINCHOS

O instrutor Marcos Antonio Rezende capacitou nove pessoas ao longo do curso "Trabalhador na operação de guinchos - caminhão Munck - NR 31.12", organizado pelo Sindicato Rural de Ribeirão do Pinhal e Vavá Estruturas Metálicas. As aulas ocorreram entre os dias 26 e 30 de agosto.

CIANORTE

APICULTURA

Um grupo de 13 pessoas participou do curso "Trabalhador na apicultura - apicultura II - produção de rainhas e produção de própolis", entre os dias 3 e 31 de agosto. As aulas com o instrutor Ramon Ponce Martins foram organizadas pelo Sindicato Rural de Cianorte.



Dinâmica dos relacionamentos

Em um evento sobre relacionamentos, o palestrante diz:

- Dê um passo à frente quem aqui é mandado pela sua mulher!

De todos os presentes, só um não deu um passo para frente. Então, o palestrante pergunta:

- E você? Por que não deu um passo à frente?

E ele respondeu:

- Porque minha mulher mandou eu ficar parado.

Baobás

As árvores gigantes da África são verdadeiros reservatórios de água, já que estão localizadas em regiões áridas. Podem chegar a 30 metros de altura e alcançar a idade de 6 mil anos.

Planeta 9

Há uma teoria da Nasa que especula a existência de um planeta no Sistema Solar depois de Netuno, ainda não detectado por nenhum telescópio terrestre. Os astrofísicos o chamam de Planeta 9. A hipótese surgiu devido ao comportamento de corpos celestes que existem depois do gigante azul, que apresentam movimento gravitacional como se houvesse outro planeta por ali.

Formiga carnívora

Há mais de 60 anos, uma formiga apenas encontrada no Sul dos Estados Unidos tem intrigado os cientistas. A *Formica archboldi* é uma espécie carnívora que devora os seus inimigos e enfeita os seus ninhos com as cabeças deles.

Piscinão chileno

A maior piscina do mundo fica em um resort em Algarrobo, no Chile. O equipamento tem 1.012 metros de extensão e 115 metros de profundidade, tornando-a também a mais profunda do planeta. Nela, é possível praticar mergulho, passear de caiaque e até de iate. Para comparar, a segunda mais extensa, no Marrocos, é seis vezes menor que a piscina chilena, enquanto a segunda mais funda, na Itália, tem 40 metros de profundidade.

UMA SIMPLES FOTO

"Portão de Plutão"

Localizado na Turquia, o antigo templo romano dedicado ao deus Apolo abriga uma passagem para, o então chamado, "Portal do Inferno" ou "Portão de Plutão", deus do submundo. Na realidade, se trata de uma caverna natural que exala gases letais.

Minitouro

O touro da raça zebu miniatura chamado Humphrey é o menor animal desta espécie do mundo. Sua altura é 67,6 centímetros e pesa 38,5 quilos.

Ruínas egípcias

Operários que trabalhavam em uma escavação para implantação de uma rede de esgotos em Tama, no Egito, encontraram acidentalmente ruinas com inscrições do Antigo Egito. A indicação é que o local fora construído há mais de 2 mil anos, em homenagem ao deus da fertilidade Hopi. A construção apresenta boas condições estruturais, com paredes intactas.

#ABRACEESSACAUSA

Colaboradores do Sistema FAEP/SENAR-PR apoiam as causas do Outubro Rosa e Novembro Azul

SISTEMA FAEP

SENAR PARANÁ

FAEP FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ

SINDICATO RURAL

Endereço para devolução:
Federação da Agricultura do Estado do Paraná
R. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

- ☐ Mudou-se
- ☐ Desconhecido
- ☐ Recusado
- ☐ Endereço Insuficiente
- ☐ Não existe o nº indicado
- ☐ Informação dada pelo porteiro ou síndico
- ☐ Falecido
- ☐ Ausente
- ☐ Não Procurado

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ____/____/_____ _____

Em ____/____/_____ Responsável

Acesse a versão digital deste informativo:

sistemafaep.org.br

• **FAEP** - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 | Fax 41 3323.2124 | sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

• **SENAR-PR** - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 | Fax 41 3323.1779 | sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais